



-----ATA N.º 4 /2014-----

-----Aos vinte dias de junho de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Sede da Junta, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto único: Analisar a atividade da junta.-----

-----O presidente deu início à sessão, comunicando a impossibilidade da presença da secretária da assembleia, Isabel Machado, que apresentou atempadamente o seu pedido de substituição. Foi convocado para a substituição o eleito, Pedro Canário. A deputada eleita pela CDU, Susana Lopes, também na impossibilidade de estar presente, foi substituída por Alberto Pereira. -----

-----Procedeu-se, então, à leitura, e respetiva votação, da ata da sessão anterior, que foi aprovada por maioria.-----

-----Iniciou-se, então, o período anterior à ordem de trabalhos, que registou quatro intervenções.-----

-----A deputada eleita pela CDU, Anabela Pereira, lamentou o sucedido com o atraso das convocatórias, já que a lei diz que as sessões terão que ser convocadas com um mínimo de oito dias de antecedência. A mesma entende que o prazo de 8 (oito) dias só conta a partir da assinatura do aviso de receção. Esta situação, frisou, ia contra o regimento e que era uma falta de respeito para com todos os deputados. Uma vez que, sendo o Presidente da Assembleia a voz do regimento, terá que ser ele o primeiro a respeitá-lo.-----

-----No seguimento dessa intervenção, o Presidente da Assembleia, justificou-se dizendo que conhece perfeitamente todo o regimento, mas não conhece a natureza desse atraso, e que iria averiguar qual a razão para tal acontecimento.-----

-----A deputada eleita pelo PS, Cristina Machado, solicitou que fosse avisada com mais antecedência sobre a convocatória, de forma a organizar melhor a sua vida pessoal.-----

-----Ainda sobre o mesmo assunto, o deputado eleito pelo PS, José Lemos, manifestou o seu desagrado no atraso da receção da convocatória, e frisou o período mínimo de oito dias para a receção da mesma. Para além disso, lembrou que nos últimos anos as Assembleias foram sempre comunicadas com antecedência e nunca foi preciso enviar a convocatória com registo e aviso de receção, o que considera ser um gasto desnecessário. Sugeriu, então, o envio da convocatória com a antecedência necessária e a publicitação no site da junta com alguma antecedência. Lamentou ainda a forma como foi conduzida a reunião dos elementos representantes dos partidos para a distribuição dos lugares na Assembleia de Voto nas Eleições Europeias, porque, normalmente, os lugares são distribuídos pelos representantes dos partidos PS, PSD (neste caso coligação), CDU e BE. Nestas últimas eleições, apareceu um novo partido, que foi representado pela secretária da Junta, e, na sua opinião, foi uma forma de retirar elementos aos outros partidos. Por fim, o deputado José Lemos questionou a Junta, sobre o dia do passeio.-----

-----O deputado eleito pela CDU, Manuel Pinto, lamentou o atraso da convocatória e aconselhou o Presidente da Assembleia a ler a convocatória e os documentos que assina. Porque, para além do atraso da convocatória, a mesma continha erros de datas. Reforçou ainda que na Assembleia anterior, o Presidente da Assembleia fez uma proposta de alteração do regimento, e, neste momento, constata-se mais uma vez o incumprimento do mesmo, passando a citar o estabelecido no ponto IV, artigo 25, que diz textualmente o seguinte "As atas serão disponibilizadas, em formato PDF, na página Web da Junta de Freguesia para consulta comunitária." Realçou que neste mandato a atual mesa já elaborou duas atas, e as mesmas ainda não foram disponibilizadas no site da junta. Independentemente da justificação, os deputados da CDU lamentam a inaptidão da mesa para exercer as funções deste órgão autárquico.-----

-----Para esclarecer os deputados eleitos, o Presidente da Junta informou, quanto à questão do atraso da convocatória, que se sentia co-responsável, pois a Junta, por vezes, quer ser demasiado zelosa na elaboração dos documentos, originando,

assim, este atraso no envio das convocatórias. Referente à data prevista para o dia do passeio, anunciou que seria realizado no 1º fim-de-semana de setembro. Relativamente à questão das mesas de voto, salientou que a coligação, Aliança de Portugal e o MPT concorreram autonomamente e que cada um tinha o seu mandatário devidamente certificado.-----

-----Posteriormente, deu-se início à ordem de trabalhos. O vogal, Carlos Marques, enalteceu o trabalho da Junta pelo portefólio avantajado de atividades. O mesmo apresentou o relatório de todas as atividades realizadas nos últimos nove meses, pelos diferentes departamentos, agradecendo a colaboração e empenho de todos os membros. -----

-----Sobre este ponto, registaram-se três intervenções.-----

-----O deputado eleito pela CDU, Alberto Pereira, iniciou a sua intervenção salientando a honra de ocupar o lugar na Assembleia. Referiu que, na área da cultura, já é um dado adquirido que a Escola EB1 do Bairro será cedida à Sociedade Musical, mas questionou a Junta sobre o que pretende fazer para que aquele lugar deixe de estar vazio e passe a ter uma utilidade comunitária. Na área da segurança, perguntou se a Junta estaria a ponderar a reabertura dos postos de GNR, sabendo que os mesmos foram suprimidos. No que concerne à iluminação, solicitou à Junta a localização dos pontos onde se verificou esse mesmo reforço, questionando, especificamente, a zona de S. Brás. No que diz respeito à limpeza de terrenos, sabendo que os proprietários terão que zelar pelos seus terrenos e reconhecendo também, em parte, a responsabilidade da Câmara, questionou sobre o que tem feito a Junta para agilizar a limpeza de terrenos.-----

-----O Presidente da Junta esclareceu o deputado, Alberto Pereira, dizendo que a cedência da Escola do Bairro para a Sociedade Musical não é uma questão pública, e, independentemente da decisão, o anúncio público será feito pelo Presidente da Câmara, pois é a ele que cabe anunciar essa decisão. Relativamente à segurança informou, que a GNR solicitou por duas vezes as instalações da Junta para ouvir cidadãos da região, para que os mesmos não tivessem que se deslocar ao posto de S. Torcato para prestar depoimento. Claro que a Junta estaria recetiva à reabertura deste posto, e, assim que seja possível, a Junta tudo fará para proceder e essa reabertura. Quanto à iluminação, referiu que já se encontram a fazer diligências na Rua do Peixoto para proceder à iluminação da mesma, caso que há tantos anos já tinha sido reclamado. No que se refere à limpeza de terrenos, destacou que todos os casos que o deputado Alberto Pereira referiu, são de domínio privado, à exceção da variante, lembrando que na assembleia anterior, a Junta pretendia solucionar este problema, cobrando uma taxa para a limpeza de terrenos, e os membros da CDU, criaram entraves.-----

-----O deputado eleito pela CDU, Alexandre Marques, referiu que o relatório apresentado pelo vogal Carlos Marques é uma repetição daquilo que ouve nas sessões anteriores. Muitas das atividades estão expostas nos cartazes e outdoors espalhados pela Vila. A este propósito, fez um reparo pela má colocação de um outdoor em frente aos Correios, pois o mesmo retira a visibilidade ao busto de Francisco Inácio. Lamenta a atitude da Junta por este ato, contrariando toda a homenagem dos 150 anos de nascimento da ilustre figura, sugerindo que se faça o desvio do outdoor. Informou ainda que os deputados da CDU rotulam o relatório de atividades da junta como sendo "muita parra e pouca uva", justificando que uma percentagem significativa do orçamento da Junta está nas despesas de capital, ou seja, no investimento designadamente em obras e infraestruturas. Neste capítulo da parte de infraestruturas e obras, quer aquilo que predominantemente está no orçamento, o que se verifica é um plasmado do relatório de atividades, que de substância tem muito pouco, ou praticamente nada, apenas umas melhorias no cemitério e um apoio, no valor de 500 euros, aos moradores para a pavimentação da Rua de Agrelas. De seguida, o deputado, reforçou que a Junta inscreveu no orçamento 76 (setenta e seis) mil euros para obras, sem que tenha apresentado os projetos ao PPI (plano plurianual de investimentos), aquando da aprovação do plano de atividades e orçamento. Os membros da CDU mostraram a sua discordância quanto à não definição de prioridades por parte da Junta. Agora que já passaram alguns meses, o deputado questionou se a junta está em condições de

ser mais transparente nesta Assembleia, anunciando quais as obras que irá fazer. Relativamente ao ponto de situação da celebração do protocolo com a Câmara Municipal, na área de apoio às obras, perguntou ao executivo se já definiu as obras que fará.-----

-----O Presidente da Junta começou por esclarecer o eleito da CDU, Alexandre Marques, quanto à expressão utilizada pelo deputado, para descrever o relatório de atividades de 2014 "muita parra e pouca uva". Convidando todos os deputados a fazer uma comparação com o relatório de atividades de 2013 do executivo anterior e concluiu que esse relatório era constituído por 29 (vinte e nove) pontos e o atual por 83 (oitenta e três), sendo que desses 83 (oitenta e três) pontos já se concretizaram 41 (quarenta e um) , sem efetivar obras de infraestruturas. Num contexto de concretização percentual, o atual relatório de atividades está concretizado em 63% (sessenta e três por cento) e, retirando a parte de infraestruturas, então o plano estaria concretizado em 72% (setenta e dois por cento). O Presidente anunciou que a Junta tinha recebido, no dia anterior, a minuta do protocolo a celebrar com a Câmara, referente à verba para obras/infraestruturas. Apesar da Câmara disponibilizar apenas uma verba cerca de 34 (trinta e quatro) mil euros, dos 76 (setenta e seis) mil euros propostos pela Junta, acrescentou que a Rua da Cabreira é a prioridade deste ano.-----

-----No final deste esclarecimento do presidente da Junta, o eleito da CDU, Alexandre Marques, constatou que afinal a Junta enunciou algumas prioridades para a realização de obras, simplesmente não estavam definidas no PPI (plano plurianual de investimento). Quanto à verba disponibilizada, na sua opinião não é suficiente para a realização da obra.-----

-----Por fim, o Presidente da Junta tomou a palavra, reconhecendo que para a concretização desta obra só será possível porque existe uma estreita colaboração com a Câmara tal como referimos no último parágrafo do relatório de atividades. Mencionou que caso a Junta conseguisse fazer a obra, esperava que o deputado, Alexandre Marques, reconhecesse o extraordinário ato de gestão.-----

-----O deputado eleito pela coligação Juntos por Guimarães, José Rui Barroso, elogiou o excelente trabalho da Junta realizado nestes meses. Esclareceu que o mês da Juventude ainda estava a decorrer, salvaguardando que o torneio de bowling, seria adiado para julho. Agradeceu a excelente participação dos envolvidos nos Jogos da Comunidade, realçando que o objetivo desta época foi cumprido. Quanto ao sucesso das atividades realizadas pela Junta, considera o balanço positivo, esperando que nas próximas atividades a adesão e a participação seja maior, já que o público em geral não estava habituado a tanta oferta.-----

-----No seguimento desta intervenção, o Presidente da Junta reforçou o louvor dado pelo deputado José Rui Barroso e esclareceu que o mérito não é do executivo, mas sim de todas as pessoas associadas aos departamentos.-----

-----Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, que registou uma participação.-----

-----A intervenção foi do morador Adriano Lopes, da rua do Peixoto, que a respeito da iluminação da rua acima mencionada, agradeceu à junta atual e à anterior, pelos esforços para a finalização desta obra e enalteceu os moradores desta rua, por todo o empenho.-----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. ---

O Presidente da Assembleia _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____